

**FORMAÇÃO SOBRE TRABALHO DE BASE PARA OS TRABALHADORES DOS
CEDECAS DE SP – ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES**



**Guararema
Julho de 2019**

“O dia de amanhã”: Formação e Intercâmbio para os trabalhadores e trabalhadoras dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado de São Paulo CEDECA

No dia 12 de Julho de 2019, aconteceu a formação para trabalhadores (as), educadores (as) dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs) de SP, na Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF, ligada ao Movimento Sem Terra (MST), em Guararema, na Grande São Paulo.

A data foi escolhida em alusão ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90) e, todo o evento com o objetivo de rever e aprimorar nossas práticas junto a cada criança e adolescente atendido.

Foram realizadas diversas atividades durante o dia. O objetivo é capacitar os profissionais e alertá-los para os recentes retrocessos na atual conjuntura política do Brasil, cujo presidente, Jair Bolsonaro, minimiza sistematicamente a necessidade e a importância dos direitos humanos.

No primeiro período do dia, após participação na mística inicial, e que faz parte do cotidiano da ENFF, os participantes tiveram aula magna com Eliane Martins (coordenadora da Comissão de Projetos Pedagógicos-CPP) sobre a história do Brasil na luta por terra, que dentre outras questões, ressaltou a importância de sempre nos situarmos no processo histórico da realidade, pois os escravos foram os primeiros sem terra do Brasil. Somos processo, somos caminhada, somos jornada. Pelo Direito de Existir!

Que a conquista dos direitos trabalhistas com Getúlio não chegou ao campo e nem nos trabalhos informais, tendo o movimento camponês como protagonista da luta pelos direitos trabalhista no nordeste.

Eliane relembra as greves da década de 60, em que os trabalhadores conseguiram 100% de aumento real em seus salários e a dificuldade da esquerda em dar unidade à luta. Analisou a época da ditadura e o assassinado de diversos trabalhadores chamados de comunistas, sindicalista. A necessidade de criar identidade enquanto movimento sem terra na década de 80, assim como o nascimento do Partido dos Trabalhadores.



No Ano de 1996, com o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, os conflitos pela terra existente no país, ganham o mundo com grandes debates nacionais e internacionais.

Sobre o nascimento da Escola Nacional Florestan Fernandes, Eliane afirma que com as fotos de Sebastião Salgado e apoio de artistas como Chico Buarque, bem como o trabalho voluntário de dezenas de trabalhadores sem terra do Brasil inteiro, foi possível a construção da escola em Guararema e, que para ela está além do MST e, sim para a formação de todos (as) os trabalhadores (as), como espaço de formação necessário para luta, reflexão, debate, decisões políticas, etc. A escola é dividida em 04 setores: Serviços, Produção, Administrativo e Pedagógico, com revezamento entre os trabalhadores que estão hospedados para os cursos existentes (Marx, Lênin e Gramsci, inglês, espanhol e francês) e como curso formal o mestrado em geografia.

Afirma que não há unidade na análise crítica da esquerda e que a derrota de 2015 até o momento não é partidária ou eleitoral e sim, ideológica e, mas que o movimento acredita que estamos vivos e uma parte da sociedade continua nas ruas e na luta. E finaliza apontando algumas possibilidades de saída: Reorganização da esquerda, formação política de base, estudar a realidade do mundo do trabalho atual. Como se organizar nas condições dadas? Qual projeto de país que caiba todos os povos?

O encontro contou ainda, com a presença de Miguel Stédile da direção nacional do MST, que saudou e parabenizou a iniciativa fazendo rápida análise de conjuntura sobre a crise estrutural do capitalismo desde 2008 e, pontuou a retirada de direitos dos trabalhadores por dois vieses:

1. Reforma Trabalhista e da Previdência e;
2. Retirada dos bens naturais: (exemplo de Mariana e Brumadinho)

Finaliza afirmando que temos que montar um Congresso do povo, indo às comunidades e realizar trabalho de base.



Após a manhã de aula histórica houve a mesa com convidados palestrantes.

No primeiro momento, foram realizadas palestras com ativistas dos direitos da Criança e do Adolescente. A mesa 1, sobre a atual conjuntura política, teve como foco mostrar as recentes medidas do governo, que apontam para o retrocesso de conquistas já garantidas pela sociedade civil.

O advogado e mestre em direitos humanos, Guilherme Ferreira, do *Artigo 19* (organização internacional atuante há 10 anos no Brasil- Centro de Referência Legal) fez um panorama do cenário político a partir do levantamento de recentes medidas do governo.

Como primeira medida provisória (270), a fiscalização e criminalização das organizações sociais, ativistas e defensores de direitos humanos. Durante a fala, Guilherme critica o decreto (9.759/2019), assinado por Jair Bolsonaro, que extingue todos os conselhos e fóruns da administração pública federal. “O objetivo é mapear e cercear a articulação dos movimentos sociais” avalia o advogado. O decreto, no entanto, foi suspenso parcialmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que a extinção de todos os conselhos não deveria ocorrer por uma canetada. E parcialmente porque a decisão do STF determinou que apenas os colegiados criados por lei continuasse em exercício. Ainda nesse viés, afirmou que o pacote anti-crime apresentado pelo ex juiz Sérgio Moro, acarretará em morte, encarceramento e tortura por parte dos agentes do Estado, via excludente de licitude. A frente parlamentar pela redução da maioria penal composta por 194 deputados e 06 senadores com o intuito de acelerar o processo da redução até o final do ano. Cita o esvaziamento do Mecanismo de Combate a Tortura retirando a remuneração dos técnicos e que, presídios e hospitais psiquiátricos seriam os principais atingidos por essa mudança. Que o ministério da Família, Direitos Humanos e das Mulheres está com diversas coordenações esvaziadas e outras extintas; ataques ao INCRA e FUNAI; Defesa do Trabalho Infantil; Desmonte do SUS com projeto na linha da obrigatoriedade de pagamento; Retirada da violência obstétrica e o não custeamento de medicamento de alto custo; Desmonte do Programa Juventude Viva, quando o país enfrenta o encarceramento em massa e o aumento de 71% nos assassinados em que a maioria são jovens e negros entre 15 e 29 anos de idade e, a lei antiterrorismo aprovadas em 2016 por pressão internacional sobre os grandes eventos esportivos e internacionais a serem realizados no Brasil, que acarretou em maior criminalização dos movimentos sociais.

Na mesa 2, Marquinhos, do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua- PNMMR, ressalta que as medidas do governo, como as recentes Reformas, precarizam as relações de trabalho e atingem também os filhos da classe trabalhadora. “Isso acontece, porque há uma piora nas condições de vida das famílias”, avalia. Segundo Marquinhos, mais horas de trabalho significa também menos convívio entre os familiares.

Chama a atenção dos presentes para a situação que as organizações sociais no Brasil estão enfrentando e, que por vezes algumas questões não são porque as organizações não lutam ou pensam em seus trabalhadores, mas por que estão sob ataque permanente na relação de parceria com o Estado e, que as mesmas devem se unir e parar de ataques mútuos para que possam ter forças em possíveis negociações e mudanças necessárias. Afirma que o movimento da infância mergulhou na institucionalidade e se

afastou dos movimentos de mulheres, dos negros, indígenas, sindicatos etc. Criou-se nichos tecnicistas, fragmentados e demasiadamente especializado, sendo necessária a reconstrução e entender outras lutas.

Para ilustrar ele traz a fala de uma mãe numa cidade nordestina: *“Paguei a bala, farda e revólver que matou meu filho e para defendê-lo estou sozinha”*, que essa mãe assim



como os filhos dos encarcerados entre outros são os invisíveis nessa sociedade.

Para ele, à eleição permanente do Conselho Tutelar, não favorece a democracia, há importantes pontos para resistir a isso, pois é um cargo eletivo e não um cabide de

emprego, assim como virou o legislativo. “Primeiro, porque é preciso oxigenar a sociedade civil. E também porque os representantes precisam, quando terminarem o mandato, voltar ao trabalho de base”, diz.

Base essa, aliás, que precisa ser formada à luz da discussão sobre classe, gênero e raça, segundo o integrante do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua. Durante a fala, Marquinhos chama a atenção para a necessidade desse debate como um importante dispositivo de formação para classe trabalhadora.

Ele ainda dispara sobre o silêncio popular e das esquerdas, frente à divisão de classes, gênero e racismo ganhando força no atual cenário político. A dificuldade em construir a auto-crítica faz com que a direita avance em passos largos com apoio midiático.

A partir das falas dos convidados iniciou-se o debate com destaque para as seguintes questões: Temos que nos esforçar para o novo pra não fazer mais do mesmo. O que fazer? Como nos alimentar de práticas mais solidárias, revolucionárias e humanitárias? Relação do judiciário com as organizações sociais é só para relatório técnico. Temos que nos reconhecer enquanto classe trabalhadora e o nosso povo como classe trabalhadora, pois ele vai virando: usuário, atendido, menos trabalhador. Como voltar para as bases e pra fazer o quê, se essas estão ocupadas por outros? (igrejas, tráfico, etc). Como construir a desobediência?

No período da tarde, os presentes tiveram a oportunidade de ouvir a convidada Tassiana do Assentamento Marielle Franco em Campinas-SP e, assistir ao vídeo produzido sobre o “*I Encontro dos Sem Terrinha*” realizada em 2018 em Brasília e, que a Rede Record transmitiu de forma maldosa e sem o mínimo de ética e, cuidado com as centenas de crianças presentes no encontro.

Para Tassiana apesar do Trabalho de Base ser mais diretamente ligado a teoria das organizações das esquerdas, ele também é realizado por outros grupos da direita, das igrejas, etc. é uma disputa ideológica de organização para ações concretas que



visem a transformação. Que o trabalho de base precisa ser bonito, ter música, artes, memórias, místicas, animação e contou sobre o funcionamento do Assentamento Marielle Franco.

Luana que dividiu a fala com Tassiana e faz parte do setor de Educação do MST, apresentou o curta que conta a história da construção da ENFF. Que assim que se ocupa a terra a primeira construção (lona e madeira) é do barracão coletivo, em que acontecem as reuniões, cirandas e a construção das escolas. Para crianças e adolescentes a prioridade está na educação: Ciranda, Jornada da Juventude, Encontro Sem Terrinha, escolas de educação básica. Os elementos do MST para educação são: trabalho como princípio educativo; a luta; a coletividade; auto-organização; cultura; agroecologia; história como matriz formativa e internacionalismo.

No momento seguinte a formação, as atividades se focaram nos grupos de trabalho, para discutir as questões apresentadas. Com o tema “*O dia de amanhã*”, os profissionais foram convidados a refletir sobre os principais obstáculos dos centros de defesa e a traçar alternativas para superá-los.

Djalma Costa do CEDECA de Interlagos apresentou alguns pontos para auxiliar nas discussões dos trabalhos em grupo:

- Plano de Formação para os CEDECAs;
- Incidência política;
- Mobilizações;
- Práticas pedagógicas;

- Violência e violadores (raça, gênero, etc);
- Proteção Jurídico-social;
- Comunidade e DH;
- Sustentabilidade dos centros de defesa;
- Segurança Alimentar.

O evento foi realizado por uma parceria entre os CEDECAs de SP e o MST, que, além de ceder o espaço para formação, mostrou ao longo do dia diferentes metodologias para a criação, o engajamento e o fortalecimento da base, tão importantes também no trabalho dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. “A Escola Nacional Florestan Fernandes, por exemplo, é um espaço coletivo, de formação para os trabalhadores. E, assim, coloca-se também como um ponto de fortalecimento para movimentos populares”, diz Eliane Martins, coordenadora pedagógica da escola do MST.



GRUPOS DE TRABALHO

No período da tarde, a turma foi separada em grupos menores, para discutir sobre as novas configurações da atual conjuntura e alternativas para os desafios dos CEDECAs. Ao total, foram criados cinco grupos de trabalho que tiveram pouco mais de uma hora para compartilhar seus apontamentos. As reflexões foram socializadas entre todos, já encaminhando o evento para o final. Entre os pontos levantados, estão:

- **MAIS FORMAÇÃO**

Manter uma agenda de formação contínua, para capacitar o (a) trabalhador (a) a respeito da defesa do direito da Criança e do Adolescente. Importante também, nessa formação,

contextualizar sobre o processo histórico dos CEDECAs, bem como valores e missão, para que os profissionais tenham diferentes recursos a utilizar nos atendimentos. Visando a construção, portanto, do trabalho de base e o engajamento dessas pessoas, com o objetivo de aproveitar melhor as funções do CEDECA para além da assistência social.

- **SUSTENTABILIDADE**

Pensar em modelos de financiamento, para que diminua a dependência econômica dos centros de defesa em relação ao Estado. Explorando, aliás, alternativas diante da burocracia da parceria, que condiciona e limita a atuação dos CEDECAs. Trazer, para isso, especialistas de outras áreas, para que, juntos, dissequem modelos de negócios e construam meios sustentáveis para os centros de defesa.



- **COMUNICAÇÃO**

Apropriar-se das novas tecnologias, para, inclusive, disputar espaço com narrativas hegemônicas que apontam para o retrocesso em relação à defesa do direito da criança e do adolescente. Além de, sobretudo, ampliar a difusão do trabalho e da importância do CEDECA, na atual conjuntura,

visando ampliar a rede de atuação, de formação - usar as tecnologias como um canal de compartilhamento de informação, e a captação de novos agentes e parceiros.

- **NOVAS PARCERIAS**

Estimular também a integração e parceria entre os profissionais de diferentes centros de defesa e de outras áreas com os mesmos valores e a missão. Possibilitando, portanto, a criação de uma rede ampla de resistência e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Encerramento do dia de formação com música, foto oficial e agradecimentos.

São Paulo, 12 de julho de 2019.